FIOCRUZ

súmula

47

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - MANGUINHOS

ANO XI.FEVEREIRO.1994

A ECONOMIA VAI BEM.

Já o País...

Em 1993, o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no País, cresceu 4,5%, enquanto a produção industrial aumentou 8,7%. A renda *per capita* (resultado da divisão pura e simples do PIB pelo número de habitantes) subiu 2,5%, assim como as vendas no comércio, apesar da inflação de 2.567%. Os números são do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O IBGE, por sua vez, constata que no ano passado a produtividade industrial (o rendimento do trabalho), registrou aumento real de 15%, um recorde histórico, pois desde 1980 (quando a produtividade começou a ser calculada) o melhor resultado fora os 10,5% de 1991. E mais: as reservas internacionais do País cresceram de US$ 19 bilhões no fim de 1992 para US$ 27 bilhões em dezembro de 93. Para completar, o salário médio real apresentou crescimento de 7%, segundo dados coletados até setembro do ano passado, e as exportações cresceram 9%.

Outro dado muito significativo: as bolsas de valores do Brasil lideraram o *ranking* das mais rentáveis do mundo, com a assombrosa cifra de 114%, contra 14% da Bolsa de Nova Iorque e 16% das do Japão.

Para um marciano que olhasse estes números e nunca tivesse posto os pés neste planeta, o pedaço de mundo chamado Brasil seria um paraíso invejável, crescendo sem crises, com um modelo econômico que deveria servir de exemplo aos demais.

Mas como "casar" estes números com os 32 milhões de famintos que teimam em sobreviver por estas paragens? Com a falta de recursos para a área da saúde, educação, saneamento, transporte público e habitação? Ou com o crescimento negativo no nível de emprego na indústria, que aumenta o exército de excluídos do sistema formal de produção e consumo?

Particularmente na área da saúde, ciência e tecnologia, o Governo anuncia cortes drásticos que podem agravar ainda mais o já caótico sistema de assistência à população.

Modelo Favorece A Concentração De Renda

Eduardo Navarro Stotz *

A economia vai bem, o povo vai mal. Essa frase, célebre porque proferida pelo General Médici nos tempos "áureos" da economia sob a ditadura militar, poderia ser repetida ainda hoje, passados vinte anos. Todos os indicadores apontam uma clara recuperação da atividade econômica, mas a situação da maioria absoluta da população não melhorou.

O "resgate da dívida social" herdada do regime militar, prometido pela Nova República, não ocorreu. A desigualdade social, medida em termos da participação dos grupos mais pobres e dos mais ricos na renda, aprofundou-se entre 1981 e 1990: 50% da parcela mais pobre detinha 14,5% da renda e recuou para 12,6%, enquanto 10% dos mais ricos aumentou sua participação de 44,9% para 48,1%.

É importante assinalar que a desigualdade de renda do Trabalho diminuiu nas principais regiões metropolitanas. Mas na medida em que essa diminuição foi acompanhada pela queda da renda real média, o que se tem como resultado é o empobrecimento generalizado dos que vivem do trabalho: de uma renda real média de 100 no último trimestre do Governo Sarney, chegou-se, no último trimestre do Governo Collor, a uma renda real média de 65,5 em Porto Alegre, 55,1 em São Paulo, 58,7 no Rio de Janeiro e 73 em Belo Horizonte.O modelo concentrador de renda, com a apropriação selvagem da riqueza produzida pelo capital em detrimento do trabalho, deve ser analisado também à luz das mudanças ocorridas no mercado de trabalho, com a crescente informalização e a consequente perda de direitos sociais.

Para aqueles considerados pobres (27% da população em 1990), a situação de exclusão social em termos de bens e serviços públicos tende a ser cumulativa. Concentrados em setores de baixa produtividade, eles dispõem de menor renda e, por sua vez, têm nível educacional mais baixo etc.

Indicador importante e tradicional da saúde pública, a taxa de mortalidade infantil é fortemente afetada pela renda e, entre 1980 e 1990, caiu de 75 para 45 por 1.000 nascidos vivos. Contudo, enquanto nas famílias com renda per capita até um salário mínimo a taxa se manteve em 75, nas de rendimentos superiores o número recuou para 33.

Certamente o mercado, enquanto instituição capitalista, produz desigualdade social continuamente. Mas a possibilidade de diminuí-las, em busca de um padrão de vida desejável, depende do perfil da política pública. O "resgate da dívida social" somente será uma realidade no Brasil quando a política pública assumir primordialmente funções redistribuitivas e preventivas.

** **Eduardo Stotz** é sociólogo, pesquisador-adjunto e chefe do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/ Fiocruz)*

FIOCRUZ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ A ECONOMIA m 1993, o Produto Interno

FIOCRUZ I

UM LABORATÓRIO DE PRODUTOS NATURAIS

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) inaugurou seu Laboratório de Química de Produtos Naturais, que tem como objetivo maior produzir medicamentos em larga escala para a rede pública com baixo custo e eficácia garantida. Vinculado à Far-Manguinhos (unidade da Fiocruz que já produz fármacos), o novo laboratório terá a função de desenvolver pesquisas que levem à elaboração de uma farmacopéia de medicamentos derivados de plantas.

O projeto quer aglutinar diversos grupos de pesquisa que já atuam na investigação do potencial da biodiversidade do Brasil, objetivando estabelecer prazos de validade dos medicamentos, métodos de controle de qualidade dos produtos e possíveis efeitos colaterais.

Uma coisa ainda "pega": os recursos. O orçamento de 1993 foi curto para se adquirir os equipamentos necessários ao laboratório, que custariam US$ 500 mil, cerca de 1% do total de recursos que passou pela contra do anão João Alves nos últimos cinco anos.

ORÇAMENTO 94

C & T SOFRE CORTE DE 16%

O Ministério da Ciência e Tecnologia anunciou um corte de 16% em seu orçamento de US$ 1,09 bilhão para 1994. Segundo a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), o setor de ciência e tecnologia recebeu apenas 0,3% do PIB no ano passado (mesmo índice registrado no Governo Collor).

Só para se ter uma idéia da prioridade dada ao setor, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) atingiu em 93 seu mais baixo índice de recursos. O principal instrumento governamental de apoio à pesquisa recebeu US$ 25 milhões no ano passado, quantia vinte vezes menor que a investida nesse fundo no ano de 1975, quando ele surgiu.

FIOCRUZ II

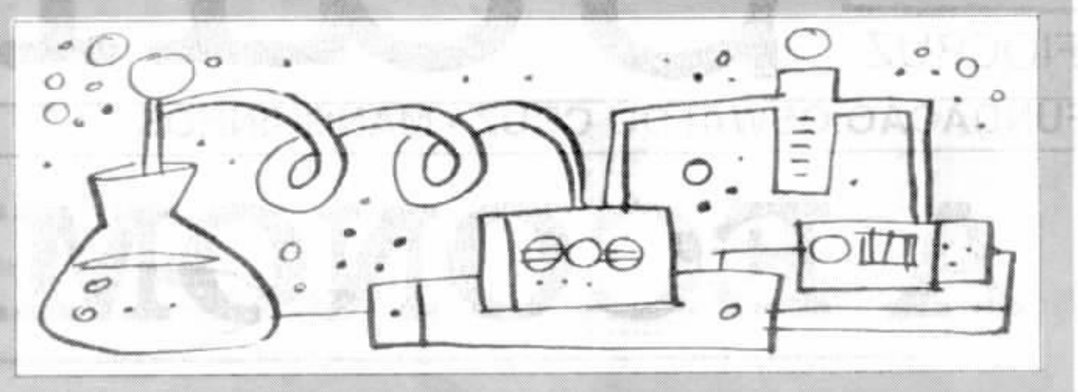
INSTITUIÇÃO PERDEU 540 FUNCIONÁRIOS

A situação nunca foi tão crítica. As palavras são do Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, o pesquisador Carlos Morel, ao dar posse aos novos diretores eleitos para dirigirem as unidades de assistência, ensino, produção de medicamentos e controle de qualidade da instituição. Na presença do Ministro da Saúde, Morel se referia à perda de 540 funcionários nos últimos quatro anos, sendo 180 pesquisadores. Como o governo proibiu desde 1987 a realização de concursos públicos, as vagas dos profissionais que se aposentaram, morreram ou simplesmente saíram da Fiocruz para trabalhar em outras empresas não foram preenchidas. As tarefas colocadas para a Fiocruz se avolumam a cada dia, com a radicalização da crise sanitária que vive o País. Caso não possa pelo menos repor os quadros que perdeu, o futuro da principal instituição de ciência e tecnologia voltada para a saúde da América Latina - centro de referência da Organização Mundial de Saúde - estará comprometido. Com a palavra as autoridades responsáveis por tamanho absurdo.

OPINIÃO

José Leite Lopes
Físico, Professor da UFRJ e do CBPF

A contribuição da pesquisa para um novo Brasi



Sei que nossos laboratórios vêm sofrendo enormes restrições orçamentárias, o que os impede de modernizarem seus equipamentos científicos. Mas adaptando nossos programas a estas restrições, estaremos dando a nossa contribuição ao sacrifício que devemos todos fazer para a recuperação plena desta grande nação.

Há algum tempo fiz duras críticas à ação do governo passado e me afastei do país. Hoje retorno com grandes esperanças. Será necessário que nossa mocidade se convença de que não há razão para pessimismo. Ao longo do tempo, saberemos sanear a vida nacional e o Brasil retomará sua marcha ascendente - e já está retomando.

Este é um país rico e vemos que os desfalques de muitos bilhões de dólares - e devem ser rigorosamente punidos os ladrões - que tanta falta fazem ao nosso povo para a saúde, educação, pesquisa, alimentação, habitação, não serão suficientes para desestabilizar esta nação.

Se é da mais alta importância o apoio dos empresários ao desenvolvimento da tecnologia e da ciência aplicada, ao estado caberá sempre estimular e apoiar a pesquisa em ciência básica, sem a qual não há, no mundo atual, invenção de novas tecnologias.

No Brasil, soubemos dominar a tecnologia do álcool como combustível e dos motores a álcool; é da maior relevância a tecnologia desenvolvida pelos engenheiros e cientistas da Petrobrás para exploração do petróleo em águas profundas; são da maior importância as pesquisas desenvolvidas nos laboratórios da Embrapa (em particular sobre microorganismos) e outras instituições como o Instituto de Antibióticos da Universidade Federal de Pernambuco.

Esperamos todos que não se sacrifiquem organizações fundamentais como o Ministério da Ciência e Tecnologia, tão importante especialmente nos setores da física e da tecnologia espacial e das comunicações, da eletrônica de ponta, da energia nuclear que se desenha com novos, seguros e eficientes reatores de produção de energia.

Realizemos nossas esperanças e sonhos, pois o Brasil reencontra seu destino maior.

EXPEDIENTE

SÚMULA é um órgão oficial da **Fundação Oswaldo Cruz**, editado pelo **Programa Radis** (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da **Escola Nacional de Saúde Pública** (Ensp).

Jornalista Responsável: **Álvaro Nascimento** (Reg.Prof. MT/RJ 13.160); Periodicidade: bimestral; Tiragem: 42 mil exemplares; Distribuição: Correios; **Assinatura: Grátis, em conjunto com o PROPOSTA, DADOS e TEMA.**

Presidente da Fiocruz: **Carlos Morel;** *Diretor da Ensp*: **Adauto Araújo;** *Coordenador e Editor do Radis*: **Álvaro Nascimento;** *Redação*: **Rogério Lannes e Jane Paiva;** *Ilustração e Editoração Eletrônica*: **Carlos Xavier (Caco);** *Informática*: **Valéria da Silva;** *Administração:* **Jandira Vilhena;** *Aux.Administrativos:* **Marisa Aguiar e Marcos Aguiar.**

PROGRAMA RADIS: Av. Brasil, 4036 sala 515 - CEP 221040-361 - Manguinhos - Rio de Janeiro (RJ). Tel. (021) 260-7979 - Fax (021) 260-9944.

SÚMULA é uma publicação destinada a oferecer um resumo comentado das principais notícias veiculadas na imprensa nacional. As fontes nas quais se baseia são os jornais O GLOBO, JORNAL DO BRASIL, TRIBUNA DA IMPRENSA, O DIA, FOLHA DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, GAZETA MERCANTIL, CORREIO BRAZILIENSE, revistas VEJA, ISTO É e CIÊNCIA HOJE, cujas matérias são coletadas pela Coordenadoria de Comunicação Social da Fiocruz.

CIDADANIA

CAMPANHA QUER EMPREGAR 9 MILHÕES

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, encabeçada nacionalmente por Betinho, vai priorizar em 1994 o combate ao desemprego e quer mobilizar o País para criar nove milhões de novos postos de trabalho. De 23 de fevereiro ao fim de março já estão marcadas várias reuniões com especialistas no assunto, onde serão elaboradas propostas de ação imediata tanto para órgãos públicos como para a iniciativa privada. Esta nova fase da "Ação" será desenvolvida simultaneamente ao trabalho de arrecadação e distribuição de alimentos.

Betinho diz que a segunda fase da campanha será bem mais dura que a primeira - "a fome une com muito mais facilidade do que o desemprego", afirma ele - mas a iniciativa já vem recebendo respostas positivas de várias empresas.

INDIGÊNCIA

CRISE ALCANÇA 15 MILHÕES DE CRIANÇAS

Quase 15 milhões de crianças e adolescentes - um quarto da população infanto-juvenil do País - pertencem a famílias indigentes, representando metade do total de 32 milhões de brasileiros que vivem na miséria. Os números são do estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a pedido do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

"O Mapa da Criança II: a indigência entre crianças e os adolescentes" mostra que embora a indigência infanto-juvenil exista em todos os estados, no Nordeste o problema é muito grave. Os nove estados da região concentram 8,6 milhões de crianças e adolescentes miseráveis, ou seja, 59% do total do País.

Ana Maria Peliano, coordenadora da equipe de oito pesquisadores do Ipea responsável pelo "mapa", diz que as crianças e adolescentes devem ser objeto principal dos programas sociais e assistenciais:

- Esse é o contingente populacional mais vulnerável ao flagelo da pobreza e aos riscos de perdas irreparáveis no seu desenvolvimento físico e intelectual, afirma ela.

A coordenadora da pesquisa destacou também que na região sudeste a fome entre crianças e adolescentes concentra-se maciçamente nas áreas urbanas. "Do total de 3,3 milhões de indigentes; 2,1 milhões vivem nas cidades, onde, paradoxalmente, a proporção da miséria infanto-juvenil é a mais baixa do País, atingindo 10,5%", conclui.

OPINIÕES

Herbert de Souza (Betinho)
Ação da Cidadania
contra a Fome

Miséria expôs modelo econômico aético

Em 1993 foi dado o primeiro passo rumo ao fim da indiferença social. Esta mudança de percepção - a compreensão de que a fome e a miséria são itens da agenda de toda a sociedade - tem um significado histórico na vida política de um País que quando se olhava no espelho se via apático, aético, indiferente, egoísta e esperto. O Brasil demonstrou que ainda pode se desviar do caminho do desastre.

Contabilizamos a formação de mais de três mil comitês contra a fome em 22 dos 27 estados e se esta percepção chegou a muitos, pode chegar a todos. Pode chegar às elites, por exemplo, que até então têm preferido se comportar como se pudessem, por estarem na primeira classe do navio, escapar do naufrágio. Pode chegar a todos os empresários, de todos os setores, e não a apenas alguns.

A miséria é filha mais velha do desastre econômico brasileiro e não é mais possível encarar a fome sem olhar para o modelo de desenvolvimento do País. Com a mesma força que invadiu a agenda nacional em 93, a miséria tem de invadir as eleições de 94, marcando presença em todos os debates, subindo em palanques, indo a comícios e interpelando todos os candidatos sobre suas propostas para o País. Como campanha supra-partidária, este é o nosso maior objetivo. Vamos definir compromissos, planos de ação, checar biografias e colocar a cidadania no seu lugar: o de construção de um novo País.

Florestan Fernandes
Professor da USP

Soluções não podem depender da piedade

Comer um dia e não ter emprego nem voz ativa da sociedade equivale a uma servidão não declarada. Assim, emprego, salário vinculado a padrão de vida decente, educação e participação na renda são requisitos ou premissas do combate à fome. E são os seres humanos os verdadeiros agentes que atuam historicamente e modificam a sociedade.

A Ação da Cidadania contra a Fome vinha impregnada do ideal (ou da "utopia") de criar outras condições de vida no Brasil, arrancando os despossuídos de uma repulsa secular. Hoje concluímos que não existem dois Brasis. Existe um só, próspero e desenvolvido, cercado de vários tipos de subalternizados e oprimidos. Eles garantem a continuidade da concentração da riqueza, da cultura, do poder e a multiplicação de desigualdades sociais. Retratam como os aparatos do Estado servem aos privilegiados, uma microminoria que só se dedica à meta de enriquecer cada vez mais, restringir a cultura a si mesma e monopolizar o poder político numa "democracia" quase impermeável aos de baixo.

A tentativa de proporcionar um "Natal sem Fome" patenteou que a iniciativa privada, sob nossa tosca civilização, não foi além de uma parca distribuição de excedentes. É preciso virar o Brasil pelo avesso para descobrir outras soluções, que não dependam da "caridade cristã" e da piedade.

A Ação contra a Fome despertou aspirações legítimas, que não parecem passageiras. Os que querem um lugar ao sol descobriram que não estão sós e, principalmente, que os "ricos" são cegos de nascença. Os olhos se abriram, com humilhações e esperanças fáceis de entender.

AIDS

GOVERNO ALEMÃO INDENIZA VÍTIMAS

O Governo da República Federal da Alemanha está indenizando, com recursos de um fundo de ajuda humanitária de emergência, as vítimas de Aids infectadas por transfusão de sangue naquele país. Os que portam o vírus da Aids no sangue, mas ainda não desenvolveram sintomas da doença, recebem cerca de US$ 590 por mês. Os que já manifestaram sintomas recebem US$ 1.180. A Alemanha tem cerca de 60 mil soropositivos, dos quais aproximadamente 2.300 são hemofílicos que contraíram o HIV em transfusões.

DOENÇA ALTERA MORTALIDADE EM SP

A Aids está alterando os padrões de mortalidade por idade em São Paulo. Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) mostram que a doença atinge sobretudo a população chamada de jovem-adulta (25 a 39 anos), que sempre apresentou os menores índices de óbitos. Levantamento das declarações de óbito, feito mensalmente pelo Seade, mostra que no ano passado 23% das mortes de homens com idade entre 20 e 34 anos ocorreram por males causados pelo vírus HIV. Em 1991, a proporção era de 20%. Em 1992, a Aids matou 18% da mulheres entre 25 e 29 anos, quando em 1991 este número foi de 13%.

PORTO ALEGRE PUNE DISCRIMINAÇÃO

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprovou projeto que prevê punições para estabelecimentos públicos ou privados que discriminem portadores do vírus da Aids. O teste de HIV não poderá ser exigido para inscrição em concurso público, admissão ou permanência no emprego. As punições são de advertência, multa de até CR$ 2,4 milhões, suspensão temporária de atividade, proibição de contratos com o município e cassação do alvará de funcionamento.

OMS QUER EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

A educação sexual nas escolas não leva à sexualidade precoce nos jovens e crianças. Esta é a avaliação da Organização Mundial de Saúde (OMS) após analisar 35 estudos de vários países sobre o assunto. A abordagem do sexo nas escolas chega a retardar a iniciação sexual, segundo 16 dos relatórios analisados. Entre os jovens que já eram sexualmente ativos, a educação sexual levou a uma diminuição da atividade ou estimulou a adoção de práticas sexuais seguras.

Os estudos revelaram que o acesso a serviços de contracepção não representam estímulo à atividade sexual precoce e que os programas de promoção de sexo seguro são mais eficazes que os que pregam apenas a abstinência.

"A crença de que abordar temas como sexo e Aids nas escolas estimula a atividade sexual ainda é uma barreira poderosa contra a introdução de programas de prevenção contra o HIV, enquanto metade dos casos de infecção pelo vírus em todo o mundo ocorre entre jovens de 15 a 24 anos", observa o diretor executivo do Programa Global de Aids da OMS, Michael Merson.

OPINIÃO

David Uip

Diretor do Hospital das Clínicas de SP

Vacina não deve ser enxergada como única alternativa

Quando se discute a Aids é preciso que se entenda toda a extensão e profundidade do problema, adverte o professor David Everson Uip, diretor do Serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital das Clínicas de São Paulo:

- Esta pandemia não está confinada aos limites de quatro paredes, em cima de uma cama, ou em bolsas de sangue. Estamos enfrentando algo mais abrangente, que necessita de mudanças muito difíceis, ligadas ao comportamento, à sexualidade, ao vício.

Os números crescentes de novos casos de doenças sexualmente transmissíveis indicam que estamos perdendo a luta, prossegue Uip:

- É preciso que sejam adotadas providências como a educação permanente desde o primeiro grau, abordando claramente todas as particularidades da doença, envolvendo pais, professores e comunidades; o Estado assumir as suas responsabilidades nas áreas de saúde e social; a iniciativa privada dividir e participar dos encargos inerentes a um problema que é de todos. A descoberta de uma vacina, ainda distante, não pode representar a única alternativa para as nossas esperanças.

BRASIL INTEGRA PROGRAMA EUROPEU

Uma equipe do hospital Emílio Ribas de São Paulo, liderada pela médica Marinella Della Negra, está participando do programa Penta 1, dedicado à pesquisa de Aids em criança. O objetivo do Penta 1 é determinar qual o melhor momento para se aplicar drogas anti-retro-virais - o AZT - em crianças com Aids. Segundo a chefe da única instituição não européia a integrar o programa, as crianças podem trazer no organismo os anticorpos da mãe até a idade de 18 meses, mas apenas um terço delas está de fato com o vírus.

BRASIL TESTA VACINA ESTE ANO

O Brasil realizará este ano, com 24 voluntários de Belo Horizonte, Rio e São Paulo e sob a supervisão do Ministério da Saúde, testes de uma vacina anti-AIDS desenvolvida nos Estados Unidos.

Aqui será realizada a "fase um" de testes com vacinas pela qual é verificado o grau de toxicidade - para avaliar a possível existência de efeitos colaterais - e o nível de produção de anticorpos.

Segundo a diretora do Programa de Aids do Ministério da Saúde, Lair Guerra de Macedo, não é possível prever quando o mundo obterá uma vacina capaz de deter a epidemia de Aids:

- A maior dificuldade no desenvolvimento de um produto final é conseguir a produção suficiente de anticorpos capaz de neutralizar a ação do vírus HIV no organismo.

Lair acredita ser importante esclarecer a população que a participação brasileira em todas as fases de testes é importante pela oportunidade de obtenção de tecnologia e para saber no futuro se a vacina será eficaz em nosso País.

GESTÃO HOSPITALAR

UMA ARMA CONTRA A CRISE

Debilitados pela crônica falta de recursos, pessoal e equipamentos, os hospitais públicos brasileiros muitas vezes se escudam nestes problemas para justificar falhas na assistência à população que em boa parte das vezes poderiam ser evitadas com um modelo de gestão mais competente, que permitisse, por exemplo, agilizar a rotina administrativa. Esta receita está sendo implementada nos hospitais de Curicica (RJ), Portão (PR), Santa Catarina (RN), Instituto de Medicina Tropical (AM) e outros, através do Programa de Cooperação Brasil-França, que com base na experiência desenvolvida naquele país busca desenvolver recursos humanos e novas metodologias de gestão hospitalar adaptáveis à realidade brasileira.

CAOS EM SP

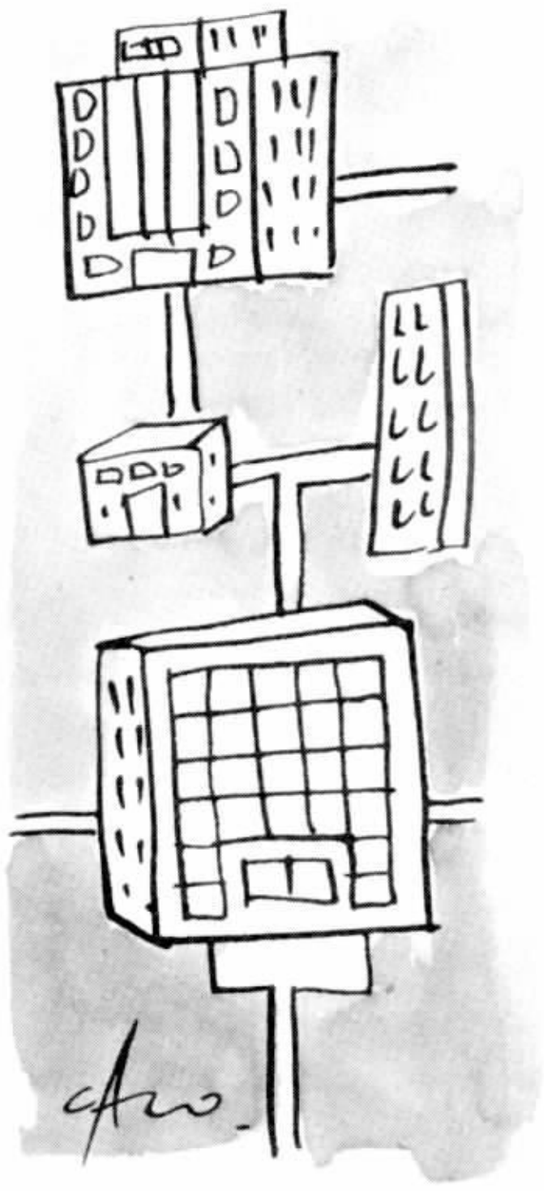
BAIXO SALÁRIO AFASTA MÉDICOS

A rede municipal de saúde de São Paulo atravessa uma séria crise. Nada menos de 2.100 médicos se demitiram no primeiro ano de administração Paulo Maluf, se queixando dos baixos salários e precárias condições de trabalho. A evasão em massa provocou, entre janeiro e setembro de 93, o fechamento de 500 dos 2.336 leitos deixados pela administração anterior. A partir de então, apenas 207 foram reativados. No primeiro semestre do ano passado, a rede municipal realizou cem mil consultas a menos que em mesmo período de 92.

O promotor Waldo Fazzio Júnior, da Promotoria de Justiça da Cidadania de São Paulo, instaurou inquérito civil para apurar "em todas as suas circunstâncias" denúncia de sucateamento do serviço de saúde feita pelo Conselho Regional de Medicina e pelo Sindicato dos Médicos.

SUFOCO NO RIO

MUNICIPALIZAÇÃO SAI ESTE ANO



Os hospitais do Andaraí, Bonsucesso, Ipanema e da Lagoa fecharam suas emergências. Faltam ortopedistas no Souza Aguiar. A explosão na demanda coloca o Miguel Couto a caminho do colapso. Por falta de recursos, o Estado devolveu ao Ministério da Saúde o Hospital de Traumato-Ortopedia e quer fazer o mesmo com o dos Servidores, de Ipanema e de Cardiologia. A rede pública perdeu 4.500 profissionais só no ano passado. Esta é uma pequena mostra do crescente sufoco vivido pela população do Rio quando necessita de assistência médica, que na Constituição está assegurada como "direito de todos e dever do Estado".

Para tentar solucionar a crise, a Prefeitura deverá finalmente assumir, este ano, cinco hospitais federais, três maternidades e 16 postos de saúde que ainda pertencem ao Inamps. Segundo protocolo de intenções assinado pelo Ministro da Saúde e pelo Secretário Municipal de Saúde, os recursos do orçamento federal destinados a estas unidades serão repassados diretamente ao Fundo Municipal de Saúde.

CORRUPÇÃO

TCU QUER FIM DE AIH E UCA

O Tribunal de Contas da União (TCU) detectou mais de uma centena de tipos de fraudes e irregularidades cometidas contra o Sistema Único de Saúde (SUS), que vão do elevado número de partos cesarianos, à cobrança indevida de alimentação de pacientes, passando pela eterna manipulação da Autorização para Internação Hospitalar (AIH) e da Unidade de Cobertura Ambulatorial (UCA), guias por onde o Ministério paga o tratamento de pacientes-fantasmas.

O TCU responsabiliza a ausência de fiscalização nas três esferas de governo pelas fraudes, apontando a "apatia gerencial" e a falta de vontade política como causas da ausência de uma clara definição de metas dentro do sistema de saúde.

O Ministro da Saúde encaminhará neste início de ano proposta de extinção da AIH e da UCA, no bojo das medidas de descentralização do SUS. A medida será adotada de forma gradativa, já que apenas 1.200 municípios dos quase 5 mil existentes no Brasil possuem Conselho e Fundo Municipal de Saúde, estruturas que passariam a ficar responsáveis pelo controle do sistema.

RECENTRALIZAÇÃO

DE COSTAS PARA O FUTURO

O Governador do Rio, Leonel Brizola, quer devolver à União os quatro hospitais estadualizados em convênios firmados na administração do então Governador Moreira Franco. Ele disse que os hospitais dos Servidores, de Traumato-Ortopedia, de Ipanema e de Cardiologia estão provocando "grande perturbação" ao estado.

O Ministro da Saúde, por sua vez, diz que os hospitais não voltarão a ser administrados pela União porque isto seria um retrocesso. Ele aceita o retorno apenas do Hospital de Traumato-Ortopedia por se tratar de uma unidade de referência nacional e propõe o regime de co-gestão para os demais.

ENTREVISTA

Pedro Barbosa

Professor da ENSP/FIOCRUZ

Qualidade e eficiência como critérios permanentes

Como uma das saídas para superar a atual crise vivida pelo sistema de saúde, o coordenador do curso de Gestão Hospitalar da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fiocruz, Pedro Barbosa, aponta o modelo de administração empresarial, tendo qualidade e eficiência como objetivos permanentes. Para isso, ele indica três fatores básicos: autonomia de gestão, profissionalização dos recursos humanos e apoio político-institucional.

Na experiência desenvolvida em vários hospitais onde o programa já está sendo implementado, a gestão hospitalar voltou-se para as áreas de pessoal, recursos materiais, financeira e sistema de informação. Para Pedro Barbosa, a existência de um nível de autonomia e profissionalização gerencial, além de apoio político das autoridades sanitárias dos estados, facilitaram o trabalho nestas instituições.

O Programa Brasil-França envolve os ministérios da saúde, relações exteriores e as escolas de saúde pública dos dois países.

MEDICAMENTOS I

VITAL BRAZIL ELEVA PRODUÇÃO

O Instituto Vital Brazil (IVB), localizado em Niterói (RJ), inaugurou uma unidade de medicamentos em gotas e um setor de envelopamento de comprimidos, que deverão possibilitar o aumento da sua produção anual, que é de 245 milhões de unidades farmacêuticas. Só com o envelopamento de comprimidos, os produtos que tinham que ser embalados fora do instituto terão o seu custo barateado em até seis vezes.

Com investimentos já assegurados, o Instituto deverá também elevar sua produção anual de vacina antitetânica de 10 milhões para 60 milhões de unidades, tornando o País auto-suficiente neste produto e permitindo a sua exportação. O Brasil consome 35 milhões de unidades da vacina por ano.

ENTREVISTAS

Edson Silva
Diretor da Santa Casa de Apiaí

Um caso exemplar

Único hospital do Alto Vale do Ribeira (SP), a Santa Casa de Apiaí estava com seu funcionamento ameaçado, mas encontrou uma alternativa para tirar seu orçamento do vermelho: adotou a padronização dos medicamentos e obteve, em apenas 30 dias, uma economia de 30% em suas despesas.

Segundo o diretor clínico do hospital, Edson Orlando Silva, os médicos da Santa Casa passaram a receitar o nome genérico dos remédios, desprezando as marcas ou nomes de laboratórios famosos, em troca de produtos similares de preços mais acessíveis e da garantia de continuidade do atendimento aos pacientes. Ele assegura que, ao adquirir produtos mais baratos, a Instituição não teve que abrir mão da qualidade.

Raslan Abbas
Presidente do CRF-RJ

"Oligopólios continuam descumprindo a lei"

- O Governo tem todo o apoio da sociedade para fazer cumprir o que determina o Decreto 793/93, que estabelece o uso da denominação genérica para os medicamentos e não pode permanecer refém da indústria farmacêutica.

A opinião é do Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (CRF-RJ), Raslan Abbas. Ele argumenta que o Governo está perdendo força na aplicação do Decreto, que está em vigor e tem como um dos objetivos a redução dos preços dos remédios, através do aumento da concorrência:

- O conteúdo do Decreto continua sendo intensamente negociado, o que permite ao oligopólio dos laboratórios acumular força para descumprir a legislação e fazer sucessivos aumentos preventivos muito acima da inflação, como está ocorrendo neste início de ano.

O Presidente do CRF-RJ diz que a "proposta cínica" da indústria de oferecer uma redução de 50% para uma cesta básica de 100 medicamentos comprova que é possível baixar os preços, "restringindo as fabulosas taxas de lucro dos laboratórios". Outra proposta dos laboratórios, segundo Raslan, é a apresentação dos nomes de fantasia e genéricos em igual tamanho nas embalagens - o nome genérico tem que ser três vezes maior, segundo o Decreto. "Isto mostra que o investimento na propaganda das marcas neutraliza a concorrência e favorece os oligopólios", conclui.

ENTREVISTA

José Gomes Temporão
Presidente do IVB e da Alfob

É urgente definir uma política de investimentos

O que falta para os laboratórios oficiais de todo o País aumentarem a sua produção, facilitando a implantação da política de genéricos do Governo Federal e contribuindo para a redução do preço dos medicamentos adquiridos pelos consumidores e pelo sistema de saúde, é a impiementação pelo Governo de uma política de investimentos, afirma o Presidente do Instituto Vital Brazil e da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (Alfob), José Gomes Temporão.

Para ele, a definição das prioridades para alocação de recursos deve se basear no documento já encaminhado conjuntamente pelos laboratórios ao Ministério da Saúde, onde estão descritas as necessidades e possibilidades de cada unidade.

Os laboratórios oficiais, que segundo Temporão apresentaram uma ociosidade média de 50% em 1993, quando a Central de Medicamentos não teve recursos para executar metade do orçamento previsto, serão beneficiados com a descentralização da compra de medicamentos para estados e municípios:

- Seremos obrigados a competir com qualidade e prazo de entrega e serão reduzidas as perdas com a centralização da distribuição e da estocagem.

MEDICAMENTOS II

1.200% ACIMA DA INFLAÇÃO

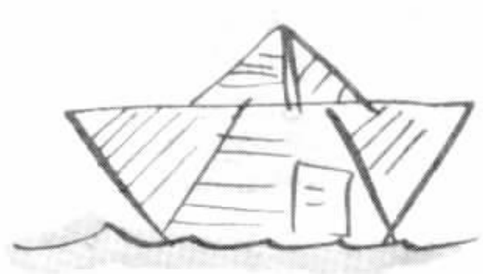
O Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (CRF-RJ) acompanhou a evolução de preços de 20 remédios considerados essenciais durante todo o ano de 1993 e constatou um aumento médio de 3.793%. A inflação do período, medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), alcançou 2.567%. Este ano, os primeiros resultados da pesquisa do CRF-RJ indicam aumentos de até 60% só em janeiro.

TRABALHADOR

ESTALEIROS BUSCAM TECNOLOGIA "LIMPA"

Proibido por lei estadual no Rio de Janeiro desde março de 1992 por causar silicose nos trabalhadores da indústria naval, o jateamento de areia para a lavagem de cascos de navio ainda não foi substituído por uma técnica completamente "limpa".

Segundo a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) do Rio de Janeiro, revelaram-se inviáveis sob o ponto de vista ambiental e de qualidade do ar os jateamentos com a escória de fundição de cobre, com granalha de aço e com bauxita calcinada a altas temperaturas. A Petrobrás testa uma forma de jateamento úmido, ainda sem resultados definitivos.



MENINGITE

EPIDEMIA MATA 552 NO RIO

A epidemia de meningite no Estado do Rio provocou 552 óbitos entre os 2.643 casos registrados em 1993, segundo cálculos preliminares da Secretaria Estadual de Saúde. Deste total, 851 casos foram de doença meningocócica, que resultaram em 165 mortes. Este quadro está acima dos limites registrados nos últimos quatro anos - a média era de 800 casos por ano desde 1990. Mas a situação já preocupava os técnicos da secretaria desde 1986, quando a doença meningocócica do tipo B começou a apresentar aumento significativo de casos.

Na capital, onde o total de casos de meningite meningocócica chegou a 412, com 82 óbitos, o quadro é mais grave, na opinião da coordenadora de epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde, Mary Baran:

- A doença vem evoluindo de forma fulminante. Antes tínhamos um prazo de até 72 horas para tratar o doente e evitar seqüelas. Nos últimos meses, morreram pessoas nas primeiras 24 horas.

Mary Baran defende a importação da vacina Vamengoc-BC, produzida em Cuba, para uma campanha de vacinação em massa no município, direcionada a dois milhões de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos:

- O Brasil não produz vacinas para meningite meningocócica do tipo B, que ocorre na maioria dos casos notificados no último ano. Não vamos dizer que a doença acabará, mas a vacina pode mudar o quadro epidemiológico.

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio encaminhou solicitação neste sentido ao Ministério da Saúde, mas até o fechamento desta edição a Comissão Nacional de Meningite ainda não decidira se importava a vacina ou não. O Ministério considerava, até aquele momento, o diagnóstico e o tratamento precoce as melhores medidas para controlar a doença.

Para o Superintendete de Saúde Coletiva da Secretaria Estadual de Saúde, Jorge Mixo, a utilização da vacina cubana não é aconselhada "porque não apresentou resultado satisfatório quando aplicada em criança de até cinco anos".

O diretor do Insituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fiocruz, João Quental, também faz restrições ao início da campanha de vacinação. "Não tivemos acesso aos estudos científicos sobre a eficácia da vacina". Segundo ele, o que se sabe é que a vacina tem taxa de cobertura muito baixa para crianças entre zero e dois anos - justamente a faixa etária mais atingida pela doença no Rio.

Para Oscar Berro, diretor do Laboratório Central Noel Nutels, da Secretaria Estadual de Saúde, os números crescentes da meningite no Rio refletem "a deficiência do sistema de saúde". Mesmo concordando com esta opinião, a coordenadora do Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica da Fiocruz, Keyla Marzochi, não descarta a hipótese de se estar diante de "uma bactéria mais virulenta do que a dos anos anteriores". Enquanto segue a polêmica sobre a maneira correta de se enfrentar a epidemia, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) interditou os centros de imunização de clínicas particulares que ofereciam vacinas cubanas com prazo de validade vencido e em condições inadequadas de estocagem.

CÓLERA

DOENÇA MATOU 561 ANO PASSADO

O Brasil teve 141 mil casos de cólera notificados no ano passado (com 51 mil confirmados laboratorialmente), registrando 561 mortes. A região nordeste superou as demais, com 113 mil casos (49 mil confirmados em laboratório) e 480 óbitos; seguida da região norte, com 3.867 casos (1.237 confirmados) e 52 mortes. O Ministério da Saúde vai estender aos estados de Goiás e Tocantins o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), formado por pessoas recrutadas nas próprias comunidades em que atuam, cuja eficiência foi fundamental no combate à doença no norte e nordeste.

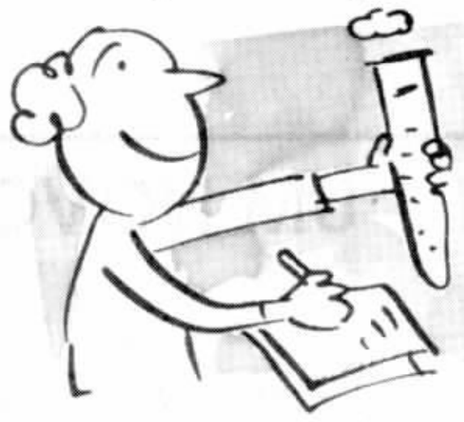
TUBERCULOSE

MORREM 14 POR DIA NO BRASIL

A tuberculose está matando, em média, 14 pessoas por dia no Brasil. Em 1993, foram registrados 86 mil novos casos da doença, com 5.300 óbitos. Os dados foram divulgados por Miguel Hijjar, do Ministério da Saúde, que apontou as regiões sudeste e nordeste como as que apresentam maior número de casos. A tuberculose tem cura e é detectada através do exame do escarro do paciente, que pode ser feito em qualquer laboratório público. Detectada a doença, o paciente deve seguir o tratamento com rigor durante pelo menos seis meses.

ESQUISTOSSOMOSE I

FIOCRUZ E UFMG AVANÇAM PESQUISA



O Professor Sérgio Penna, do Núcleo de Genética da Universidade Federal de Minas Gerais, e o bioquímico Andrew Simpson, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, se associaram e conseguiram mapear o material genético do *Schistosoma mansoni*, responsável pela esquistossomose, doença típica de populações ribeirinhas que moram em casas sem sistema de água e esgoto. Os pesquisadores já listaram 146 genes até agora desconhecidos pelo homem, o que pode facilitar a descoberta de uma vacina ou de novas drogas para o combate à doença, que hoje atinge 200 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo 8 milhões no Brasil. O projeto recebe financiamento da Fiocruz, da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais e do Instituto de Pesquisa Genômica dos EUA.

ESQUISTOSSOMOSE II

FIOCRUZ MAIS PERTO DA VACINA

A equipe da virologista Miriam Tendler, chefe do Laboratório de Esquistossomose Experimental da Fiocruz, que trabalha com 135 grupos de pesquisa voltados exclusivamente para o estudo da doença, conseguiu desenhar em computador a estrutura tridimensional da seqüência de moléculas na forma exata como está disposta no organismo do parasito que causa a doença, determinando as ligações moleculares mais importantes para a produção de uma futura vacina. Os primeiros testes alcançaram índices de 70% em camundongos e de 90 a 100% em coelhos. Agora, serão definidas as regras para os testes da vacina em seres humanos.

SAÚDE AMBIENTAL

UM NOVO OLHAR SOBRE A MALÁRIA

A prioridade das pesquisas voltadas para o controle da malária devem estar embasadas nos estudos das ciências sociais, que hoje possuem avançadas técnicas para entender a mobilidade do homem. Além disso, o setor saúde deve buscar nos indicadores sociais os elementos essenciais à prevenção e tratamento da doença. A opinião do pesquisador da Organização Panamericana de Saúde (Opas) Renato Gusmão foi manifestada durante o 4^{0} Encontro Nacional de Pesquisadores em Malária, realizado em Manaus, com mais de 200 especialistas da América do Sul e EUA.

Os debates demonstraram ser a Amazônia a única área do País onde o combate à malária exige uma política específica para seu controle e erradicação e ficou demonstrado que o intercâmbio científico das pesquisas estão proporcionando uma nova visão do combate à doença, priorizando a educação das populações e a preservação ambiental. O ecologista da Opas Robert Zimmerman disse que "sabemos quais são os principais vetores da doença, mas o problema são as alterações do ambiente".

Com base nesta nova visão de combate ao mal - surgida das pesquisas realizadas sobre o mosquito transmissor da malária, seu *habitat* e os ciclos de contaminação - as políticas de saúde para a região deverão levar em consideração o ecossistema e a atividade humana local. O representante da Fundação Nacional de Saúde no evento, Agostinho Marques, disse que em 1994 o órgão vai redirecionar suas pesquisas, a fim de identificar, com base em estudos sociais, a relação parasita, vetores e o homem, nas diferentes atividades que o expõem à malária.

Amazônia registra 99% dos casos

Nada menos de 99% dos casos de malária detectados no Brasil em 1993 estavam na Amazônia. Em 1992, dos 577 mil casos registrados em todo País, 570 mil estavam na Amazônia. Com estes dados, o Ministério da Saúde planeja para este ano trabalhar prioritariamente em nove estados com vistas ao controle da doença, percorrendo quase 2 milhões de quilômetros quadrados, ou 37% de toda a superfície do País. A Fundação Nacional de Saúde (FNS) quer centrar fogo em 115 municípios que têm historicamente apresentado altos índices de contaminação, onde mora uma população aproximada de 5 milhões de pessoas.

CARTAS

Biossegurança

Gostaria que fosse corrigida algumas informações sobre uma entrevista por mim concedida, e que saiu publicada na SÚMULA de número 46.

A Agência de Saúde Ocupacional dos EUA estima que aproximadamente 18 mil profissionais de saúde são acometidos por hepatites, sendo que 300 vão ao óbito. Dados da Organização Mundial de Saúde apontam que o custo aproximado para cada caso de hepatite contraído por um profissional de saúde é de US$ 1.760.

Acentuo que a principal preocupação da biossegurança envolvendo a tecnologia do DNA recombinante é com relação à liberação de organismos engenheirados (transgênicos) no meio ambiente, e que para os técnicos de saúde o principal risco está no âmbito da biossegurança clássica (riscos de contrair hepatites, doença de Chagas, malária e o vírus HIV).

Atenciosamente.

Silvio Valle

E MAIS:

Continua no Senado a nova legislação de patentes, aprovada no ano passado pela Câmara dos Deputados. Os senadores que analisam o projeto estão debruçados sobre o polêmico registro de propriedade de microorganismos, questão chave para o desenvolvimento da pesquisa no Brasil. Por outro lado, proposições asseguradas pela comunidade científica nos debates travados na Câmara, correm o risco de serem retiradas. Todo cuidado é pouco.

Uma planta comum no nordeste (cujo nome é mantido em sigilo) combateu com eficiência o herpes em testes em animais de laboratório realizados no Instituto Nacional do Câncer nos Estados Unidos. O Brasil é um dos quatro países mais ricos em biodiversidade, sendo o primeiro em número total de espécies de organismo.

No período de 6 a 11 de março deste ano, será realizado no Centro de Convenções de Salvador (BA), o 30^{0} Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, com o tema "Perspectivas de controle das patologias tropicais no Brasil". Informações sobre como participar do evento podem ser obtidas na Secretaria Regional do Rio da Sociedade, pelo telefone (021) 230-8985 ou pelo fax (021) 280-8194.

O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) vai promover de 9 a 13 de maio deste ano o curso "Estratégias de Reforma do Ensino Médico", com exposições, debates, estudos em grupo e leituras de texto. Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Executiva do Cebes, em Londrina (PR), com o Professor Márcio Almeida, pelo telefone (043) 324-6173 e fax (043) 328-0136.